

### TURISMO DE BASE COMUNITÁRIA E BEM VIVER: ESTRATÉGIAS DE DESENVOLVIMENTO E REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

*Community-based Tourism and Good Living: Strategies of Development and Reduction of Inequalities*

Liliane Cristine Schlemer Alcântara<sup>1</sup>

Isabel Jurema Grimm<sup>2</sup>

Carlos Alberto Cioce Sampaio<sup>3</sup>

#### RESUMO:

Nas discussões sobre realidades do Turismo de base Comunitária, tem-se esta atividade como resistência ao turismo de massa. Ao mesmo tempo, associado tanto como estratégia de geração de renda e de comunicação social, transfere benefícios econômicos para comunidades de acolhimento, conservando modos de vida das populações tradicionais. Diante disso, este artigo busca investigar o papel do Turismo Comunitário como estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, contribuindo para a redução da pobreza na perspectiva do Bem Viver. Metodologicamente trata-se de pesquisa bibliométrica, analisando-se artigos disponíveis na Plataforma de Periódicos da Capes, sobretudo as bases do Scielo, Sciencedirect, Sbecotur, no período de 2011 a 2015. De maneira secundária, realizou-se uma pesquisa exploratória sobre uma experiência de turismo rural comunitário basco que faz a reflexão sob a literatura visitada. Como resultado observa-se que em países chamados desenvolvidos, aqui ilustra o caso Basco, com baixa vulnerabilidade social, políticas públicas quando implantadas sob o monitoramento do Estado são suficientes. O que não desmerece de forma alguma o turismo de base comunitária, pelo contrário, pois esse constitui em uma política afirmativa para revigorar modos de vida tradicionais, de baixo impacto ambiental, e que, aliás, de forma alguma podem ser responsabilizados como causa das mudanças climáticas, diferentemente dos modos de vida urbanos.

**Palavras-chave:** Turismo de Base Comunitária; Bem Viver; Desenvolvimento; Desigualdades.

#### ABSTRACT:

In the discussions on the realities of Community-based Tourism, this activity is seen as a resistance to mass tourism. At the same time, associated with both strategy to promote employment and income and social media, it transfers economic benefits to host communities while preserving the livelihoods of traditional populations. Therefore, this article seeks to investigate the role of Community-based Tourism as a sustainable territorial development strategy, contributing to the reduction of poverty in the perspective of Good Living. Methodologically it is bibliometric research, analyzing articles available in the Plataforma de Periódicos da Capes, mainly the bases of the Scielo, Science-direct and Sbecotur, in the period of 2011 to 2015. Secondly an exploratory research was carried out on a Basque community tourism experience that reflects under the literature visited. As a result, it can be observed that in called developed countries, the Basque case illustrates, with low social vulnerability, public policies when implemented under state monitoring are sufficient. This does not in any way detract from community-based tourism, on the contrary, since it constitutes an affirmative policy to reinvigorate livelihoods of traditional populations, which are of low environmental impact, and that can not in any way be held responsible for the climate changes, unlike urban ways of life .

**Keywords:** Community-Based Tourism; Good Living; Development; Inequalities

<sup>1</sup>Universidade Federal do Mato Grosso. [lilianecsa@yahoo.com.br](mailto:lilianecsa@yahoo.com.br)

<sup>2</sup>Instituto Superior de Administração e Economia. [isabelgrimm@gmail.com](mailto:isabelgrimm@gmail.com)

<sup>3</sup>Universidade Federal do Paraná. [carlos.cioce@gmail.com](mailto:carlos.cioce@gmail.com)

## 1 INTRODUÇÃO

A atividade turística tem sido qualificada como de importância na geração de oportunidades de trabalho e renda na escala local e regional, além de contribuir na preservação do patrimônio natural e cultural das comunidades receptoras.

Experiências que tentam aproximar as comunidades locais dos benefícios gerados pela atividade turística, podem ser consideradas modelos mais justos e equitativos de turismo, que levam em conta as mais diversas dimensões da sustentabilidade e colocam as populações autóctones no cerne do planejamento, implementação e monitoramento da atividade, permitindo que a comunidade local seja protagonista do desenvolvimento de seu território.

Estas experiências denominam-se Turismo de Base Comunitária, Turismo Comunitário ou Turismo Comunitário Solidário e Sustentável e se aproximam de outras denominações como Turismo Cultural, Enoturismo, Ecoturismo, Agroturismo e o Turismo Rural. O que estas derivações possuem em comum é sua resistência ao turismo de massa, e que os associa à estratégia de trabalho, de vida e de comunicação social para conservar modos de vida próprios de populações tradicionais, contribuindo para a melhoria das condições de vida local, visando o bem-comum.

Para Irving (2009), o Turismo de base Comunitária deve estar baseado na participação e envolvimento das comunidades locais, mesmo que agentes externos possam fazer parte ainda do processo. Neste ponto a participação do Estado, instituições de ensino e pesquisa, organizações não governamentais tem sido fundamental para as experiências que se encontram em funcionamento no Brasil e no mundo. Ou seja, as iniciativas desenvolvidas na maioria das vezes contam ou em algum momento contaram com auxílio de agentes externos.

Mitchell e Ashley (2010, p.33) afirmam que há “[...] crescente evidência de que o turismo pode transferir benefícios econômicos para comunidades de acolhimento, o que justifica sua identificação como estratégia de redução da pobreza em alguns países de baixa renda”. Neste sentido, sugere-se que todo benefício econômico seja revertido à comunidade, que a cultura local componha o principal atrativo e como tal possa ser preservada. Propõe-se privilegiar um espaço de “encontro” como condição de compartilhamento social entre quem recebe e os que são recebidos (GRIMM, 2016) fortalecendo um ambiente que promova um Bem Viver.

Assim, o Turismo de base Comunitária busca contrapor ao turismo em escala capitalista, requerendo menor densidade de infraestrutura e serviços. Não se trata, apenas, de percorrer rotas exóticas, diferenciadas daquelas do turismo de massa. Trata-se de outro modo de visita e hospitalidade, norteado de integração de atividades econômicas em vivência<sup>4</sup>, serviços de hospedagem e de alimentação, o que a priori não o diferencia dos demais segmentos de turismo. A diferença está no entendimento da atividade turística como subsistema interconectado com outros subsistemas, educação, saúde e meio ambiente, em um espaço que fortaleça relações e reciprocidade.

No entanto, para atingir este postulado, se identificam temas relevantes diretamente relacionados ao Turismo de base Comunitária: primeiro, sobre a inclusão e equidade garantindo que todos possam ter livre acesso à educação, saúde, segurança, habitação, cultura e ao lazer; segundo, que destaque a importância de um ambiente sadio, de uma biodiversidade em harmonia, que salvguarde o patrimônio cultural e ambiental onde se possa conviver com o entorno e garantir um Bem Viver para todos.

Diante disso, este artigo busca investigar o papel do Turismo de base Comunitária como

<sup>4</sup>Vivências são nomeadas as atividades oferecidas aos visitantes adeptos do Turismo de base Comunitária, que são convidados a fazer parte do trabalho diário das comunidades, fomentando as relações de proximidade entre visitante e visitado, despertando percepção de realidades distintas, a partir da cotidianidade vivida com a produção, o artesanato, o espaço e o ambiente natural (GRIMM & SAMPAIO, 2012).

ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

estratégia de desenvolvimento territorial sustentável, contribuindo para a redução da pobreza na perspectiva do Bem Viver. Metodologicamente trata-se de pesquisa bibliométrica, analisando-se artigos disponíveis na Plataforma de Periódicos da Capes, sobretudo as bases do Scielo, Sciencedirect, Sbecotur, no período de 2011 a 2015. De maneira secundária, realizou-se uma pesquisa exploratória sobre uma experiência de turismo rural comunitário basco que faz a reflexão sob a literatura.

## 2 REVISÃO TEÓRICA

### 2.1 A proposta de redução da pobreza da ONU e o turismo como estratégia mitigadora

Reduzir as desigualdades econômicas e dar acesso a serviços básicos para parcela da população mundial tem convertido o turismo em alternativa emergente de desenvolvimento. A Agenda 21 adotada pelas Nações Unidas, em 1999, promoveu o enfoque do turismo como instrumento de participação e envolvimento da comunidade em projetos de desenvolvimento local. Em 2000, com a adoção dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS)<sup>5</sup>, destacou-se no primeiro dos objetivos a erradicação da pobreza extrema e da fome, reforçando a promoção do turismo como estratégia para alcançar este objetivo. O turismo, gerando benefícios econômicos substanciais, tem vantagens em relação a outros setores, pois é uma atividade muito diversificada que aumenta as possibilidades de participação em larga escala (de forma direta e indireta, formal e informal).

Diante disso, compreender a natureza política do conceito de pobreza é fundamental e, neste ponto Demo (1994, p. 2) ressalta duas dimensões para a discussão sobre pobreza política:

(...) de um lado, busca lembrar que o desenvolvimento não poderia reduzir-se a carências materiais, porque há outras igualmente comprometedoras, como a carência em termos de educação, de cidadania, de identidade cultural etc.; de outro, pretende descobrir que pobreza tem em seu cerne uma clivagem tipicamente política, o que levou à definição de pobreza como processo de pressão do acesso a vantagens sociais relevantes (p. 2).

Singer (2006) relata que a pobreza e a desigualdade social são resultantes do processo de globalização. Assim, a globalização refere-se a “um processo de reorganização da divisão internacional do trabalho, acionado em parte pelas diferenças de produtividade e de custos de produção entre países”; diferenças estas que naturalmente engendram desigualdades nas relações de troca entre os países (p.21).

Objetivando promover a estruturação do turismo rural, em diferentes regiões brasileiras o Ministério do Turismo (MTur, 2005) lançou estratégias de divulgação e comercialização do produto turístico nacional. O objetivo principal é que o turismo rural promova a inclusão social e a redução da pobreza a partir da: diversificação da oferta turística, aumento da renda e postos de trabalho, valorização das especificidades regionais, melhoraria da qualidade dos destinos e legitimação do turismo no interior (MTur, 2005).

Entretanto, estas ações exigem esforços no sentido de construir um futuro inclusivo, sustentável e resiliente para pessoas e o planeta. Para que o desenvolvimento do turismo sustentável e inclusivo seja alcançado, é fundamental harmonizar três elementos principais: crescimento econômi-

<sup>5</sup> Os Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODS) são: reduzir pela metade o número de pessoas que vivem na miséria e passam fome; educação básica de qualidade para todos; igualdade entre os sexos e mais autonomia para as mulheres; redução da mortalidade infantil; melhoria da saúde materna; combate a epidemias e doenças; garantia da sustentabilidade ambiental e, estabelecer parcerias mundiais para o desenvolvimento. Em setembro de 2015, 150 líderes mundiais participaram em Nova York da Cúpula das Nações Unidas sobre Desenvolvimento Sustentável 2015, onde uma nova agenda foi adotada: Os ODS podem ser consideradas como metas universais que se aplicam a países em todos os estágios de desenvolvimento. A agenda consiste em uma Declaração, 17 ODS e as 169 metas, uma seção sobre meios de implementação e de parcerias globais, e um arcabouço para acompanhamento e revisão.



ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

co com justa distribuição de seus benefícios; inclusão das comunidades, que assim desejarem, no processo de desenvolvimento da atividade, e a proteção ambiental. Esses elementos estão interligados e todos são essenciais para promover a diminuição das desigualdades, redução da pobreza e ao mesmo tempo promover o bem viver na comunidade receptora.

Erradicar a pobreza em todas as suas formas e dimensões é um requisito indispensável para o desenvolvimento sustentável (ONU, 2017). Todos os países enfrentam desafios específicos na busca do desenvolvimento que garanta trabalho e renda. Entretanto, os países vulneráveis economicamente como os países africanos, menos desenvolvidos, os países em desenvolvimento, aqueles sem litoral e os pequenos Estados insulares em desenvolvimento são os que tem encontrado na atividade turística uma estratégia de geração de renda com vista a inclusão social.

De acordo com a ONU (2017), o turismo apresenta dados relacionados com: crescimento econômico inclusivo e sustentável; inclusão social, emprego e redução da pobreza; uso eficiente dos recursos, proteção ambiental e combate às alterações climáticas; valores culturais, diversidade e herança e; compreensão mútua, paz e segurança (Quadro 1).

**Quadro 1** - Turismo e a sua relação com o desenvolvimento sustentável da ONU.

CATEGORIA	DADOS
<b>Crescimento econômico inclusivo e sustentável</b>	Desde 2009 aumento anual de aproximadamente 4% de turistas internacionais; Corresponde a 7% do total das exportações mundiais e 30% das exportações de serviços; Em 2015, o turismo internacional gerou 1,5 trilhões de USD, constituindo-se em 10% do PIB mundial.
<b>Inclusão social, emprego e redução da pobreza</b>	No mundo, um em cada onze postos de trabalho é no turismo; É a maior categoria de exportação em muitos países em desenvolvimento; Representará 57% das chegadas de turistas internacionais em 2030 nas economias emergentes; Mulheres empresárias são quase o dobro do que em outros setores.
<b>Uso eficiente dos recursos, proteção ambiental e combate às alterações climáticas</b>	O setor está empenhado em reduzir suas emissões de 5% de CO <sub>2</sub> ; Aumento de financiamento para a conservação do patrimônio, da vida selvagem e do meio ambiente; Pode ser um instrumento para proteger e restaurar a biodiversidade; Até 2030 deverá ser gerido de forma sustentável.
<b>Valores culturais, diversidade e herança</b>	Revitaliza atividades e costumes tradicionais; Fortalece as comunidades e instila orgulho deles; Promove a diversidade cultural; Aumenta a consciência sobre o valor do patrimônio.
<b>Compreensão mútua, paz e segurança</b>	Restringir as barreiras e construir pontes entre visitantes e anfitriões; Fornece oportunidades para o interculturalismo, que pode promover a paz; É um setor difícil está se recuperando rapidamente de ameaças de segurança; É um instrumento de diplomacia suave.

**Fonte:** Construção dos autores, com base na ONU (2017).

Frente ao exposto, pode-se considerar o turismo estratégia de trabalho, uma fonte de renda que possa contribuir para a melhoria das condições de vida local. São práticas de lugares onde vivem comunidades carentes e territórios vulneráveis que servem de contraponto a Sociedade de Consumo, e fazem repensar o turismo com base em suas diferentes acepções: comunitário, rural, cultural, etnoturismo, ecoturismo e agroturismo entre outras denominações (SAMPAIO et al., 2014).

## 2.1 Turismo de base Comunitária

Presente na África, Ásia, América Latina, Caribe e mais recentemente na Europa, em países como Espanha e Suécia, o Turismo de base Comunitária tem contribuído para o desenvolvimento de modelos alternativos de turismo. Todavia, a atividade recebe diferentes denominações, a depender da região onde ocorre. Na Europa, Ásia e África é comumente denominada de pro-poor tourism ou turismo orientado para os pobres (TOP). Surgido na Inglaterra ao final dos anos 1990 a proposta busca congrega os “pobres” ao mercado capitalista mediante intervenções de projetos turísticos comercialmente viáveis que possa gerar trabalho e renda para as populações carentes (ROGERSON, 2014).

Em todo mundo, comunidades têm sido capazes de identificar oportunidades na esfera do setor turístico e estão participando da atividade, tornando-a uma alternativa econômica viável, que agrega valor a suas propriedades, sem, contudo, substituir as atividades produtivas tradicionais. Entretanto, o fortalecimento das capacidades locais para trabalhar com o Turismo Comunitário, depende muitas vezes do apoio de instituições por meio de projetos e programas especiais que incentivem a participação e o envolvimento da comunidade, de organizações, associações e agências privadas para que a atividade realmente possa acontecer (IRVING, 2009; SAMPAIO et al., 2014; GRIMM, 2016).

Solidificado como uma proposta na escala local, centrado nos recursos endógenos (humanos, naturais, culturais e de infraestrutura) das comunidades, na solidariedade dos atores envolvidos, o Turismo Comunitário vincula-se à promoção da conservação ambiental, valorização da identidade cultural e diversificação econômica nas comunidades receptoras. Destaca-se, que a modalidade não designa um novo tipo de turismo ou segmento de mercado criado para atender a uma demanda específica (GRIMM, 2016).

O turismo de base comunitária como se refere neste artigo surgiu na América Latina, em 1980, sob a denominação de Turismo Rural Comunitário (TRC), em um contexto que buscava alternativas de desenvolvimento sustentável do turismo. Incentivado por organismos como o Banco Internacional de Desenvolvimento (BID), a iniciativa visava atender à demanda internacional de turistas em busca de experiências originais, significativas e enriquecedoras (GRIMM, 2016).

No Brasil, a nova demanda incentivou o desenvolvimento do Projeto Economia da Experiência do Ministério do Turismo (MTur, 2010), buscando dar suporte a micro e pequenos empreendimentos turísticos para investimento e inovação dos atrativos, adaptando-os à demanda. Entretanto, como aponta Fabrino et al. (2015), por muito tempo, a temática “[...] trouxe consigo um sentido marginal, periférico, distante da realidade e das tendências políticas públicas nacionais e internacionais” (p.2). Foi somente na década de 1990 durante o Encontro de Turismo de Base Local (ENTBL) que o tema passou a ter demanda e incentivar uma rede de pesquisa.

Deve ficar claro que o Turismo de base Comunitária apresenta um enfoque mais participativo com respeito à atividade turística e possui a capacidade de converter-se em um produto viável. Mas, para que este potencial possa se tornar realidade deve haver uma estreita relação entre projetos e planos do setor público e do setor privado, no sentido de unir as aspirações das comunidades em matéria de desenvolvimento do turismo local que garantam a distribuição dos benefícios gerados pela atividade, pois só assim poderá o turismo contribuir para a mitigação da pobreza.

## 2.2 Bem viver na construção dos saberes e na prática do Turismo de base Comunitária

Desde os anos noventa, os países Latino-americanos são protagonistas de novas propostas de desenvolvimento em prol de uma mudança social. Surgem teorias como: racionalidade ambien-

ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

tal (LEFF, 1994), ecopedagogia (GADOTTI, 1990), desenvolvimento à escala humana (MAX-NEEF, 1991, 2005), desenvolvimento como liberdade (SEN, 1999), além de outras.

Teóricos como Paulo Freire (1970) incentivavam a participação comunitária, entendida como um processo dialógico que busca conduzir os sujeitos a descobrir as condições de sua opressão e construir alternativas comunitárias. Para Cunningham (2013), os elementos que constituem o patrimônio cultural são testemunhas da forma em que uma sociedade ou cultura se relacionam com seu ambiente, sendo estas manifestações ponto de partida para assegurar a sustentabilidade sociocultural dos povos.

Frente a necessidade de valorizar as comunidades tradicionais, baseada na cosmovisão ancestral dos povos indígenas dos Andes, a partir da incorporação da crítica desde a ecologia e o pós-desenvolvimento, ancorada em “las capacidades individuales y el bienestar, la naturaleza, y la distribución de recursos” (Radcliffe, 2012, p.240), surge um movimento em torno de projeto em curso denominado de Bem Viver, como uma alternativa ao desenvolvimento.

Neste sentido, a abordagem pós-desenvolvimentista do Bem Viver “Es una nueva forma de convivencia ciudadana, en diversidad y armonía con la naturaleza, para alcanzar el Buen Vivir, el Sumak Kawsay” (ASAMBLEA CONSTITUYENTE DEL ECUADOR, 2008, p.15). Esta concepção remete a um sistema de proteção social baseado em direitos, e a partir dele, planeja uma forma alternativa entre a política, a economia, a questão social, cultura e ambiente (MANOSALVAS, 2014). Considerado um paradigma político dos países da Latino-americanos como Bolívia e Equador, que sustentam o estado e a regeneração social após um período prolongado e devastador do neoliberalismo.

O Bem Viver supera as noções ocidentais de “boa vida” ou “bem-estar”, dado que aposta por uma vida em harmonia entre os seres humanos e entre eles e a natureza. Isto se articula por meio de relações de “reciprocidade” baseadas no respeito e na dignidade de todos os seres vivos, posto que o que está em jogo é a “vida misma” (ACOSTA, 2008, p. 34), a “vida en plenitud” (DÁVALOS, 2011, p.201) ou a vida baseada em “la comunicación entre humanos y naturaleza” (WALSH, 2010, p.18).

Neste contexto, os bens materiais não são tão determinantes como o “conocimiento, el reconocimiento social y cultural, los códigos de conductas éticas e incluso espirituales en la relación con la sociedad y la naturaleza, los valores humanos, la visión de futuro, entre otros” (ACOSTA, 2008, p.34). Para o enfoque do Bem Viver existem outras formas possíveis de alcançar conhecimentos por meio dos sentidos, natureza, interculturalidade, artes, vivências, mitos, ritos, cultura, etc.

O Bem Viver aponta para a construção de saberes que não separam a teoria da prática - contrário ao que propõe a racionalidade moderna - representadas por comunidades que preservam sua riqueza cultural, linguística e patrimonial. Ou seja, tradições e saberes. Neste sentido, o turismo pode constituir-se como atividade que gera benefícios econômicos locais, fortaleça as tradições e a cultura e contribua para preservar a natureza. Estes elementos, por sua vez, podem ser reconhecidos como constitutivos de um Bem Viver.

Bons exemplos destas práticas são as múltiplas experiências que rompem com a lógica mercantil moderna, representadas por comunidades que praticam o turismo dentro do paradigma participativo. Para Cabanilla (2014), o Turismo de base Comunitária “se ha demostrado como una herramienta que ayuda a desatar nudos críticos en la construcción del buen vivir, gracias a la socialización de sus resultados como un aporte a la gestión de la planificación territorial” (p.3).

O turismo de base comunitária é uma via de acesso importante para a inclusão dos povos tradicionais na economia e no desenvolvimento social de seus habitantes. Apesar da importância socioeconômica, cultural e ambiental que o turismo representa para o Bem Viver das comunidades é necessário desenvolver estratégias incluídas e socialmente sustentáveis que protejam a identidade cultural, assegurando uma relação saudável entre a comunidade local e o turista.



### 3 MATERIAIS E MÉTODOS

Metodologicamente privilegiou-se a pesquisa bibliométrica. E para ilustrar o tema e discuti-lo realizou-se uma pesquisa exploratória sobre uma experiência de turismo rural comunitário basco. Quanto a pesquisa bibliométrica, analisaram-se artigos disponíveis na Plataforma de Periódicos da Capes, sobretudo nas bases do Scielo, Sciencedirect e Sbecotur no período de 2011 a 2015, para identificar as produções científicas que tratam do papel do Turismo de base Comunitária como estratégia de desenvolvimento, redução da pobreza e a promoção do Bem Viver. De acordo com Araújo (2006, p. 12) “a bibliometria, é uma técnica quantitativa e estatística de medição dos índices de produção e disseminação do conhecimento científico”. Segue o autor, há três Leis Bibliométricas, a Lei de Produtividade de Autores de Lotka, a Lei de Dispersão de Periódicos de Bradford e a Lei de Frequência de Palavras de Zipf.

Esta pesquisa se aproxima da Lei de Frequência de Palavras de Zip. Nesta perspectiva e considerando o tema foram encontrados 103 artigos disponíveis na base de dados (periódicos). A seleção se baseou nas palavras “turismo de base comunitária” e “desenvolvimento”, constantes no título, resumo ou palavras-chave, e disponíveis nos idiomas, português, espanhol e inglês.

Ao serem localizados, os artigos passaram a compor os dados de uma planilha Excel, selecionando-se ano de publicação, título, autores, palavras-chave e resumo. Posteriormente realizou-se nova seleção dos artigos, agora com base nas palavras-chave: “turismo de base comunitária”; “turismo rural”, “redução da pobreza” e “Bem Viver”. Nesta etapa foram designados 34 artigos para compor um mapa conceitual como forma de organizar e representar as informações coletadas. A posteriori, os artigos foram lidos e analisados e passaram a compor os resultados deste trabalho.

Como forma de dialogar com a literatura, utilizou-se de estudo de caso sobre uma experiência de turismo rural comunitário no País Vasco na Espanha que vem trabalhando a partir da implementação de políticas públicas para o fortalecimento do turismo rural, modalidade inclusa como de Turismo de base Comunitária. A escolha do caso ocorre em virtude da vivência do turismo neste local por uma das autoras do artigo.

### 4 RESULTADOS

#### 4.1 O Turismo de base Comunitária como estratégia de desenvolvimento e combate à pobreza

O número anual de publicações acadêmicas sobre o Turismo de base Comunitária durante o período 2011 e 2016 apresenta tendência de curva ascendente de 29 publicações em 2011 para 59 em 2016 (Quadro 2). O crescente interesse da comunidade acadêmica no estudo do Turismo de base Comunitária é corroborado pela inclusão de temas como o desenvolvimento, ecoturismo, turismo rural e estratégias de diminuição da pobreza. No âmbito geográfico os dados observados demonstram predominância dos estudos centrados em destinos turísticos da Ásia, África e América Latina. Pequena minoria aponta para países desenvolvidos como a Escócia e Espanha.

ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

Quadro 2 – Numero de publicações sobre Turismo Comunitário (2011-2016) a partir das bases selecionadas.

BASE: Portal de Periódicos Capes: SCIELO, SCIENCEDIRECT e SBECOTUR	PUBLICAÇÕES
ANO 2011	Community tourism - 29
ANO 2012	Community tourism - 29
ANO 2013	Community tourism - 32
ANO 2014	Community tourism - 40
ANO 2015	Community tourism - 65
ANO 2016	Community tourism - 59

Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

O Turismo de base Comunitária tem sido apontado em comunidades tradicionais e originárias como alternativa econômica que oferta trabalho e renda e que contribui para diminuir a vulnerabilidade social e econômica de regiões menos favorecidas. Especificamente nos textos analisados, foram identificados (Figura 1) colaborações que justificam essa afirmativa.

Figura 1 - Diagrama de análise a partir das produções selecionadas.



Fonte: Elaboração dos autores, 2017.

A análise dos artigos demonstrou que a gestão do Turismo de base Comunitária centra-se em metodologias participativas, na qual a comunidade local é o principal ator para a gestão e desenvolvimento da atividade. O Turismo de base Comunitária é analisado em associação com outras modalidades: ecoturismo, pro poor tourism, turismo rural e acontece, em sua maioria em pequenas comunidades de países da África e Ásia, em decorrência da necessidade destas regiões buscarem alternativas de geração de renda associadas as suas atividades primárias tradicionais. Entretanto, Mbaiwa (2011), adverte que em comunidades tradicionais do Botswana o turismo fez surgir o que o autor denomina de “economia de caixa moderna”, no qual o rendimento derivado da atividade permite que as famílias construam casas modernas, comprem alimentos estrangeiros e equipamentos



ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

domésticos como: fogões a gás, utensílios de cozinha e televisões por satélite. Mas, segue o autor, tal processo provoca uma queda no consumo de alimentos tradicionais, no uso de cabanas e utensílios domésticos tradicionais, e mesmo que as mudanças possam ser uma indicação do dinamismo da cultura nessas aldeias, mudanças bruscas e a modernização podem aumentar a insegurança dos meios de subsistência.

O turismo tem fundamental importância na economia das destinações, o que tem contribuído para o desenvolvimento de modelos alternativos. A preocupação por uma atividade que se contraponha ao turismo de massa tem estimulado a crescente busca de modalidades e produtos turísticos que respeitem as culturas das comunidades receptoras e o meio ambiente. Que envolva respeito à autenticidade sociocultural das comunidades anfitriãs, na preservação do patrimônio cultural construído e do modos de vida das populações, dos valores tradicionais, a contribuição para a compreensão intercultural, a tolerância, distribuição igualitária dos benefícios e corresponsabilidade pelos impactos (OMT, 2005), o que pode demonstrar a importância do turismo para a manutenção do Bem Viver dessas comunidades.

Como atividade global, o turismo opera dentro de uma economia de mercado neoliberal que apresenta desafios para o cumprimento dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável das Nações Unidas.

Estudo visando identificar as contribuições do turismo para o alívio da pobreza na Nicarágua demonstrou que as iniciativas de Turismo de base Comunitária desenvolvidas de baixo para cima, decorrente de uma iniciativa local, demonstrou aumento na expectativa de vida da população, crescimento acelerado e impactos mais positivos na economia local (ZAPATA et al., 2011).

Steinicke e Neuburguer (2012) analisaram como o turismo desenvolvido na região afro-alpina promove o alívio da pobreza e contribui para amenizar as disparidades regionais. Os resultados mostram diferentes condições. Os benefícios econômicos do turismo de montanhismo na região do Kenya são menores do que o esperado, o que torna os rendimentos baixos e ainda são mal distribuídos de forma desigual na região. Situação igual é observada nas montanhas de Rwenzori em Uganda onde o turismo alpino não reduz as desigualdades de renda regional e na maior parte não consegue promover o desenvolvimento sustentável. Entretanto, os autores destacam que em outra região do Kenia – Naro Moru, com atrativos diversos como o Safari, o desenvolvimento do Turismo Comunitário tem contribuído para o bem-estar da comunidade, reduzindo a vulnerabilidade das famílias. Isso decorre, de acordo com os autores, da estrutura organizacional democrática desenvolvida pela Mt Kenia Guides e do Clube de Safari Porters (GPSC) que evita o enriquecimento de apenas alguns membros e assegura distribuição uniforme de benefícios a todos os envolvidos.

Butler et al., (2013) analisaram o turismo pro poor tourism na Escócia para identificar como a atividade está sendo usada para aliviar a pobreza em um país desenvolvido, diferentemente da grande parte das pesquisas que envolvem países chamados subdesenvolvidos ou em desenvolvimento. Os autores concluem que o turismo deve ser pensado a partir de uma abordagem de desenvolvimento que envolva todos os interessados, e sua promoção deve partir dos governos locais. Os autores questionam a validade das iniciativas de turismo baseadas em comunidades.

Na mesma linha de pesquisa do turismo como estratégia de mitigação da pobreza em países desenvolvidos, a análise de Juan-Tresserras (2003) demonstra que o turismo rural na Espanha se consolidou graças ao dinamismo e a participação da população rural por meio de iniciativas inovadoras relacionadas com atividades turísticas. O espaço rural trouxe vantagens econômicas para a população local por meio da acolhida (alojamento), potenciação de produtos locais (venda direta dos produtos), novos postos de trabalho (guias) e artesanato. Para Aparício (2004), García Marin (2011), o turismo rural na Espanha deve seguir princípios sustentáveis com o uso racional dos recursos, re-

ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

vitalização das economias locais, integração da população local e com desenvolvimento sustentável que não implique na massificação da atividade e que minimize impactos negativos.

Preocupado com a relação entre turismo e pobreza, pesquisadores como Mitchell e Ashley (2010) afirmam que há crescente evidência de que o turismo pode transferir benefícios econômicos para comunidades de acolhimento, o que justifica sua identificação como estratégia de redução da pobreza em alguns países de baixa renda. Entretanto, Rogerson (2014) considera esta afirmação simplista, pois, como expõem King e Dinkoksung (2013), o retorno financeiro das comunidades é muitas vezes limitado e comumente absorvido por um pequeno número de famílias com habilidades empreendedoras, resultando em um desenvolvimento desigual.

Gascón (2014) avaliou a participação do Turismo Comunitário como uma estratégia de desenvolvimento e redução da pobreza no mundo rural camponês na América do Sul e, concluiu que a atividade pode ter limitações como instrumento de cooperação para o desenvolvimento e redução da pobreza, decorrente das diferentes características dos camponeses, problemas com a tomada de decisões locais, falta de conhecimento sobre negócios de turismo e de treinamento, e pela falta de participação e reestruturação do trabalho e do tempo.

Um olhar mais próximo ao desenvolvimento do turismo mostrou entre os artigos avaliados que o Turismo de base Comunitária se desenvolve a partir da participação, organização, envolvimento e colaboração das comunidades de acolhimento. A atividade colabora para o empoderamento e está presente em comunidades tradicionais, originárias onde a cultura e a identidade são elementos que compõem o principal atrativo turístico. Observa-se que o turismo neste contexto pode ser uma estratégia que proporcione os meios de manter economicamente estas comunidades, promovendo suas culturas, respeitando suas identidades e contribuindo para a promoção do Bem Viver local. Ressalva-se, contudo, que modelos de turismo utilizados em países e regiões economicamente desenvolvidos, não podem ser replicados em sua íntegra em países ou regiões economicamente desfavorecidas, onde o turismo constitui-se estratégia para diminuir a pobreza local. Mas antes aplicá-la sob as condições específicas das comunidades de acolhimento.

#### **4.2 Estudo de Caso: o turismo rural na região rural do Alto-Deva, País Vasco (Espanha)**

Para este estudo, desenvolveu-se uma pesquisa de campo na comarca do Alto Deva (De-bagoiena) na província de Guipúzkoa (País Vasco, Espanha) entre os anos de 2014 e 2015. Neste país o turismo que pode ser denominado como de base comunitária se apresenta como alternativa para diversificar a renda das áreas rurais. Vale destacar que a estratégia de redução da pobreza na Espanha, não se apresenta com as mesmas características que nos países chamados em desenvolvimento, ou seja, o turismo como estratégia de redução da pobreza está presente principalmente em comunidade tradicionais e originárias da África, Ásia e América Latina.

O turismo rural na Espanha é uma iniciativa que visa promover alternativas de renda para pequenas propriedades rurais por meio da diversificação das atividades agrárias, possibilitando o desenvolvimento mais justo e que contribua para a redução das desigualdades naquela região (GO-BIERNOS VASCO, 1996). A Espanha apesar de ser uma região industrializada - aqui se encontra o movimento cooperativista Basco (Mondragón Corporación Cooperativa) - está rodeada de montanhas e atrativos turísticos voltados ao turismo rural e de experiência. Na região, a maneira de praticar o turismo rural encontrada pelos turistas, aproxima-os da natureza e proporciona caminhadas por trilha, a pé ou de bicicleta. Este tipo de turismo possibilita ao visitante conhecer os típicos caseríos - casas rurais - desfrutando dos costumes, conhecendo o ecossistema e desfrutando de tranquilidade e ar puro.

Uma das cidades que oferecem esta modalidade de turismo é Eskoriatza, município de

ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

Gipuzkoa na comunidade autônoma do País Vasco, norte da Espanha, localizado ao sul de Aretxabaleta na região do Alto Deva. Possui uma área de 40,43Km<sup>2</sup> e uma população estimada em 4.080 habitantes (Instituto Nacional de Estadística – INE, 2015). Esta população além do espanhol, falam o idioma Euskera, considerada como uma das mais antigas línguas vivas da Europa. O município é constituído por um centro urbano e por sete barrios rurales concentrados em torno de igrejas (Marín, Zarimutz, Mazmela, Bolibar, Apozaga, Mendiola e Gellano). Próximo do centro, existem rotas que permitem conhecer os bairros rurais de Eskoriatza. A viagem ao longo da antiga rodovia basca-naverre atravessa Marín, Mazmela e Zarimutz, seguindo para Leintz-Gatzaga, todos bairros rurais.

Em Leintz-Gatzaga pode se visitar as Salinas de Leniz, onde está localizado o Museu do Sal, e descobrir a forma de como se obtinha o sal em um lugar distante do mar. Está situada em uma região de montanhas com encostas íngremes. No bairro de Bolibar encontram-se monumentos megalíticos (Serra de Zaraia), a ermida de Santa Cruz e os restos de um castelo do século XXII localizado no cume da montanha Aitzorrotz (738m), portal do parque Natural de Aizkorri-Aratz, onde somente é possível chegar ao castelo a pé por um caminho íngreme, recompensada pela vista de todo vale.

**Figuras 2 e 3** - Caseríos rurales e Pantano Urkulo.



**Fonte:** Acervo dos autores, 2017.

Em Apozaga, típico bairro rural é possível conhecer além dos caseríos (Figura 2), restaurantes típicos que oferecem um bom vinho acompanhado de comidas tradicionais e um cemitério peculiar em formato redondo. Do local avista as montanhas de Anboto e Udalex e pode-se realizar trilhas que ligam Eskoriatza a cidade de Aretxabaleta. Outro atrativo, cujo acesso só pode ser realizado a pé ou de bicicleta, é o “Pantano Urkulo” (Figura 3), um caminho de sete km ao redor de um lago, rodeado de caseríos que produzem o popular queijo de ovelha, típico da região, com degustação e vendas nas sedes das casas rurais.

É possível subir até o monte Kurutzeberri com 1.107 metros, subindo desde o bairro de Mendiola (Eskoriatza) e passando por vários bairros rurais com paisagens exuberantes com vistas aos campos e criação dos típicos cavalos Vascos, fortes e dóceis chamados de potokkas. Próximo do “Pantano Urkulo” encontra-se uma trilha que leva diretamente ao Santuário de Arántzazu.

O Santuário de Arantzazu está localizado sobre rochas e rodeado por uma área agreste e natural, visitado por devotos da Virgem de Arantzazu. Nas montanhas próximas ainda se pode ver pastores criadores de ovelhas. No local há um convento e uma catedral, onde turistas passam o dia ou até pernoitam. O lugar também é um ponto de partida para várias trilhas de montanhas e circuitos para caminhantes, que proporcionam acesso aos prados de Urbia e à montanha Aizkorri, ao maciço Aloña e às terras sul e leste do Santuário, todas sinalizadas.

Próximo ao Santuário de Arantzazu (Parque Natural) pode-se visitar as “Cuevas de Oñati”



ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

com 500 metros de galeria e 35 metros de desnível, datada do período Jurássico superior – Cretáceo inferior, que data entre 96 a 154 milhões de anos de antiguidade. A caverna tem 14 galerias com 6 pisos. Em seu interior encontram-se estalactites, que decoram os tetos. Nesta caverna foram encontradas restos de 200 espécies, como esqueletos de leões e panteras pré-históricos. A visita permite conhecer um atrativo histórico, etnográfico, arqueológico, geológico e mineral.

Estas experiências estão localizadas em comunidades ou bairros rurais, onde se encontram os caseríos e possuem passagens e estradas que possibilitam variadas formas de transporte para locomoção. O acesso central pode ser realizado por meio de carro e transporte público, porém o turista só consegue transitar nestes locais de bicicleta ou a pé, o que possibilita uma maior preservação ambiental e um turismo mais consciente.

#### 4.2.1 Análise do estudo de caso

A entrada da Espanha na Comunidade Econômica Europeia (CEE) ou à União Europeia (UE) acarretou custos significativos em termos de ajustamento econômico, de perda de soberania e de homogeneização cultural. Para Royo (2009) um dos principais desafios da adesão resultou da diversidade regional da sua agricultura. No País Vasco muitos agricultores tiveram que reduzir a pecuária destinada à produção de leite, porque pela integração europeia este mercado foi destinado para outros países que já tinham uma tradição histórica nesta modalidade.

[...] não tendo sido fácil para os agricultores afectados pela PAC transitar para outro tipo de produção dadas as diferenças nas condições ambientais, climáticas e de fertilidade dos solos. De um ponto de vista agrícola, os receios ligados à diversificação comercial materializaram-se, em certa medida, após a adesão (a favor de outros estados-membros da UE, como a Itália e a França), contribuindo para o aumento do êxodo rural para as cidades (ROYO, 2009, p.104).

Frente à realidade, desde o final da década de 1980, muitos territórios rurais estavam a margem do desenvolvimento, dependentes exclusivamente de atividades agropecuárias, com pouca diversificação. Assim, o governo do País Vasco adaptou uma estratégia de desenvolvimento rural com uma nova modalidade turística, buscando alternativas de geração de renda complementar para estas comunidades.

O Decreto 295/1988 (GOBIERNO VASCO, 1988) de 8 de novembro, criou a modalidade de alojamento turístico-agrícola, com o fim de assegurar na exploração agrária uma combinação de renda de forma que as entradas turísticas, artesanais e agrárias pudessem complementar-se entre si para melhorar as condições de vida do agricultor e da comunidade. Em 1990, abriu-se o primeiro alojamento agroturístico em Gipúscoa (Abaltzisketa). Este turismo foi denominado turismo de natureza ou turismo verde.

Neste contexto, o governo implantou políticas e programas que reordenaram a realidade a um novo modelo de ocupação do meio rural. Foi assinado um documento comunitário em 1988 intitulado “El Futuro del Mundo Rural” (GONZALO & PENEDO, 2001). Outros fatores motivaram a mudança como: descapitalização humana e despovoamento (altas taxas de envelhecimento); Insuficiências educativo-formativas (dificuldades de acesso à educação); deficiência de equipamentos e serviços (saúde, serviços sociais e culturais); pressão urbana sobre determinadas zonas rurais e de montanha (desruralização) (ICOM, 1988).

<sup>6</sup>Política Agrícola Comum

ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

A diversificação das atividades agrárias no meio rural, juntamente com o incentivo ao turismo rural foi uma das ações, com possibilidade de oferecer alternativas de trabalho, possibilitar o desenvolvimento mais justo e que contribuísse para a redução das desigualdades naquela região (GOBIERNO VASCO, 1996).

Conforme o “Plan Estratégico del Turismo Vasco 2020”, se prevê valorizar o turismo em âmbito rural como via para preservar este entorno e assegurar a sobrevivência de seus habitantes. Em 2012, o País Vasco contava com uma oferta de 401 de alojamentos rurais (GOBIERNO VASCO, 2014). De acordo com o INE (2015), a demanda voltada ao Turismo Rural teve uma ocupação de 63,82% casas rurais, destino preferido dos viajantes com uma média de permanência de até quatro dias.

Em relação à motivação, o que mais tem gerado deslocamento e procura no meio rural do território Basco é a gastronomia, costumes, festas típicas, cultura e patrimônio. A culinária é baseada no pescado acompanhada de pão, queijos, verduras, azeite e vinho. Há também a procura pelo turismo de aventura, já que as propriedades rurais estão localizadas próximas de parques e montanhas. Neste sentido, o turismo rural, com enfoque comunitário além de contribuir para a geração de renda dos agricultores contribuiu para a preservação das tradições, do patrimônio cultural, natural e ambiental, bem como na diminuição do êxodo rural, diminuindo assim, as desigualdades sociais.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Turismo de base Comunitária tem em sua essência a premissa de que tanto o visitante como o anfitrião compartilhem uma experiência autêntica, e que combine satisfação da experiência com uma prática de turismo que busca o bem-estar e elementos que demonstrem o Bem Viver das comunidades receptoras. Voltada às ações que levem a redução da desigualdade por meio da distribuição dos benefícios econômicos, qualquer abordagem sobre o turismo deve superar a percepção de pobreza, vulnerabilidade e baixa renda, e centrar-se no elemento humano e nos recursos endógenos. Deve trazer novos significados a quem recebe, sem apresentar-se estandardizado.

O Turismo de base Comunitária poderá sim contribuir para a diminuição da pobreza, entretanto deve antes construir o bem comum nas comunidades receptoras, com objetivo de preservar modos de vida locais e que possam constituir o Bem Viver.

No caso do País Basco, exemplo ilustrativo, esta modalidade de turismo contribuiu para diminuir as desigualdades sociais, possibilitando uma nova alternativa para os produtores rurais, inclusive para os jovens, diminuindo o êxodo rural, preservando suas tradições e seus modos de vida. Além disso, possibilita ao turista vivenciar uma experiência de bem-estar dentro dos princípios do Bem Viver, aliando a conceitos de convivencialidade e respeito ao meio ambiente.

Cabe destacar que a nomeação turismo de base comunitária relaciona-se a países chamados em desenvolvimento, o que faz sentido, pois em decorrência da alta vulnerabilidade as comunidades precisam ser motivadas não somente por políticas públicas (Estado), mas por ações de ONGs e universidades, para deflagrar tal atividade. Em países chamados desenvolvidos, aqui ilustra o caso Basco, com baixa vulnerabilidade social, políticas públicas quando implantadas sob o monitoramento do Estado são suficientes. O que não desmerece de forma alguma o turismo de base comunitária, pelo contrário, pois esse constitui em uma política afirmativa para revigorar modos de vida tradicionais, de baixo impacto ambiental, e que, aliás, de forma alguma podem ser responsabilizados como causa das mudanças climáticas, ao contrário dos modos de vida urbanos.

ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

## REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. El buen vivir, una oportunidad por construir. **Revista Ecuador Debate**, nº 75, 2008, p. 33-48.
- ALCÂNTARA, L. C. S. **Projetos de desenvolvimento: processos de ensino-aprendizagem ou processos de instrumentalização?** 2015. 314 f., il. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Regional) - Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, Universidade Regional de Blumenau, Blumenau, 2015.
- APARÍCIO, A. E. G. El turismo rural: una de las alternativas al desarrollo rural en la serranía de cuenca. **Cuadernos de Turismo**, 2004, nº.13, p. 73-89.
- ARAÚJO, C. A. Bibliometria: evolução histórica e questões atuais. **Em Questão**, v. 12, n. 1, 2006, p. 11-32.
- ASAMBLEA CONSTITUYENTE DEL ECUADOR. Constitución de la República del Ecuador. **Registro Oficial 449**. Montecristi – Ecuador, 2008. 15 - 131pp.
- BUTLER, R.; CURRAN, R.; O’GORMAN, K. Pro-Poor Tourism in a First World Urban Setting: Case Study of Glasgow Govan. **International Journal of Tourism Research**, volume 15, edição 5, September/October, 2013, p. 443–457.
- CABANILLA, E. **Turismo Comunitario, su complejidad y aporte al Buen Vivir Construcción de políticas públicas en base a modelo complejo de desarrollo territorial**. 1er Encuentro Internacional de Turismo Comunitario y Social de la UNASUR. La Paz, Bolívia, Octubre de 2014.
- CUNNINGHAM, M. La Cultura: Pilar de desarrollo para el Buen Vivir. **Cultura y Desarrollo**, nº 9, 2013, p. 28-37.
- DÁVALOS, P. Sumak Kawsay (La vida en plenitud). En Álvarez, S. (Coord.). **Convivir para perdurar**. Conflictos ecosociales y sabidurías ecológicas (201-210). Barcelona: Icaria. 2011.
- DEMO, Pedro. **Política social, educação e cidadania**. 6 ed. Campinas: Papirus, 1994.
- FABRINO, N.H.; NASCIMENTO, E. P.; COSTA, H.A. Turismo de Base Comunitária: Dos Conceitos às Práticas e das Práticas aos Conceitos. **Anais..VII Encontro Nacional da Associação de Pós-Graduação e Pesquisas em Ambiente e Sociedade – ANNPAS**, 2015. Disponível em: <http://icongresso.itarget.com.br/useradm/anais/?clt=ann.2&lng=P>. Acessado em: 17 de junho de 2015.
- FREIRE, P. **Pedagogía del oprimido**. Montevideo: Tierra Nueva. 1970.
- GADOTTI, M. **Pedagogia da terra**. São Paulo: Petrópolis. 1990.
- GARCÍA MARÍN, R. Turismo y desarrollo rural en la comarca del noroeste de la región de Murcia: los programas europeos IEADER. **Cuadernos de Turismo**, nº 27, 2011, p. 419-435.
- GASCÓN, J. Pro-Poor Tourism as a Strategy to Fight Rural Poverty: A Critique. **Journal of Agrarian Change**. v.15, nº4, 2014, p. 499-518.
- GOBIERNO VASCO -DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA, AGRICULTURA Y PESCA. **Plan de Actuación para el desarrollo del medio rural vasco 1997-2000**, Vitoria-Gasteiz, Servicio Central de Publicaciones del Gobierno Vasco. 1996.



ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

GOBIERNO VASCO - DEPARTAMENTO DE INDUSTRIA, AGRICULTURA Y PESCA. **Decreto 128/1996, de 28 de Mayo, por el que se regulan los establecimientos de alojamiento turístico en el medio rural, modificado por el Decreto 210/1997, de 23 de Septiembre**, Vitoria-Gasteiz, Servicio de Publicaciones del Gobierno Vasco. 1998.

GOBIERNO VASCO. **DECRETO 295/1988, de 8 de noviembre, por el que se crea la modalidad de alojamiento turístico-agrícola**. Disponível em: [https://www.euskadi.eus/y22-bopv/es/bopv2/datos/1988/12/8803033a.shtml?BOPV\\_HIDE\\_CALEDAR](https://www.euskadi.eus/y22-bopv/es/bopv2/datos/1988/12/8803033a.shtml?BOPV_HIDE_CALEDAR). Acesso em 04 de junho de 2016.

GOBIERNO VASCO. **Plan Estratégico del Turismo Vasco**. Marzo, 2014.

GONZALO, M. C. P; PENEDO, F. A. Algunas iniciativas significativas encaminadas al desarrollo del turismo rural y del ecoturismo en una comarca desfavorecida del país Vasco: la montaña alavesa. **Lurralde Inves**. Esp. nº 24, 2001, p. 21-44.

GRIMM, I. J.; SAMPAIO, C. A. C. Multiculturalismo, turismo e comunidades tradicionais: campo de coexistência e vivencialidade? **Anais.. III Congresso de Cultura e Educação para a América**, 2012.

GRIMM, I.J. **Mudanças Climáticas e Turismo: estratégias de adaptação e Mitigação**. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente e Desenvolvimento (MADE). Universidade Federal do Paraná, 2016, 250p.

ICOM - El futuro del mundo rural Comunicación de la Comisión transmitida al Consejo y al Parlamento Europeo el 29 de julio de 1988.

INE - **Instituto Nacional de Estadística**. 2015. Disponível em: <http://www.ine.es/>. Acesso em 27 de junho de 2017.

IRVING, M. A. Reinventando a reflexão sobre turismo de base comunitária - inovar é possível? In: Bartholo, R.; Sansolo, D.G.; Burzztyn, I. (Orgs.). **Turismo de base comunitária: Diversidade de olhares e experiências brasileiras**. Rio de Janeiro: Letra e Imagem, 2009, p. 108-119.

JUAN-TRESSERRAS, J. **Patrimonio, turismo y desarrollo local: situación y perspectivas**. Comunicación. Cedita por el autor al Portal Iberoamericano de Gestión Cultural para su publicación en línea en la sección Análisis Sectoriales: Estudio Compartido sobre “Turismo y Cultura”, junio, 2003.

KING, R.; DINKOKSUN R. Ban Pa-Ao, pro-poor tourism and uneven development. **Tourism Geographies**. Publisher: Routledge. London, agosto de 2013.

LEFF, E. **Ecología y capital: racionalidad ambiental, democracia participativa y desarrollo sustentable**. México D. F.: Siglo XXI, 1994.

MANOSALVAS, M. Buen vivir o sumak kawsay: em busca de novos referenciais para a ação pública no Equador. Íconos, **Revista de Ciências Sociais**, nº 18 (49), 2014, p. 101-121.

MAX-NEEF, M. A. **Human scale development: conception, application and further reflections, with contributions from Antonio Elizalde & Martin Hopenhayn**. Nueva York: The Apex Press, 1991.

MAX-NEEF, M. A. Del saber al comprender: navegaciones y regresos. **Palimpsestvs: Revista de la Facultad de Ciencias Humanas**, nº 5, 2005, p. 93-98.

MBAIWA, J. The effects of tourism development on the sustainable utilisation of natural resources in the Okavango Delta, Botswana. **Journal Current Issues in Tourism**. Volume 14, 2011.

ALCÂNTARA, L. C. S; GRIMM, I. J; SAMPAIO, C. A. C.

MITCHELL, J.; ASHLEY, C. **Tourism and Poverty Reduction: Pathways to Prosperity**. London: Earthscan / ODI, 2010.

MINISTÉRIO DO TURISMO (MTur). **Diretrizes para o desenvolvimento do turismo Rural**. Brasília, 2005.

\_\_\_\_\_. **Tour da Experiência**, 2010. Disponível em: [http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/Cartilha\\_Metodologia\\_Projeto\\_Economia\\_Experiencia.pdf](http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/Cartilha_Metodologia_Projeto_Economia_Experiencia.pdf). Acesso em 05 de maio de 2015.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. (ONU). **Objetivos de Desenvolvimento do Milênio**. 2000. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/tema/odm/>. Acesso em 29 de fevereiro de 2016.

\_\_\_\_\_. **Transformando Nosso Mundo: A Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável**. 2015. Disponível em: <http://www.tourism4development2017.org/es/por-que-el-turismo/>. Acesso em: 25 de junho de 2017.

RADCLIFFE, S. Development for a postneoliberal era? Sumak kawsay, living well and the limits to decolonisation in Ecuador. **Geoforum**, nº 43, 2012, p. 240-249.

ROGERSON, C.M. Informal Sector Business Tourism and Pro-Poor Tourism: Africa's Migrant Entrepreneurs. **Mediterranean Journal of Social Sciences MCSER Publishing**, Rome-Italy, vol 5, nº 16, 2014, p. 153-161.

ROYO, S. **Portugal, Espanha e a União Europeia**. Comunicação apresentada no Seminários de Óbidos do IPRI. Junho de 2006. Disponível em: [http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista\\_ri/pdf/r9/RI09\\_07SRoyo.pdf](http://www.ipri.pt/images/publicacoes/revista_ri/pdf/r9/RI09_07SRoyo.pdf). Acesso em: 21 de junho de 2017.

SAMPAIO, C. A. C.; CECCATO, M.; MENDONÇA.C.; REHME, G. Slow city: como proposta de desenvolvimento territorial sustentável. **Anais.. II Seminário Internacional Culturas e Desenvolvimento**, Chapecó, 2014. Chapecó, 2014.

SEN, A. **Development as freedom**. Oxford: Oxford University Press. 1999.

SINGER, P. **Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas**. 7ª edição. São Paulo: Editora Contexto. 2006.

STEINICKE, E.; NEUBURGER, M. The Impact of Community-based Afro-alpine Tourism on Regional Development. **Mountain Research and Development**. nº 32 (4), 2012, p. 420-430.

WALSH, C. Development as Buen Vivir: Institutional arrangements and (de)colonial entanglements. **Development**, nº 53(1), 2010, p.15-21.

ZAPATA, M. J.; HALL, M.; LINDO, P.; VANDERSCHAEGUE, M. Can community-based tourism contribute to development and poverty alleviation? Lessons from Nicaragua. **Current Issues in Tourism**, nº 14(8), 2011, p. 725-749.